

Mapa do Mercado livre de gás no Brasil

FGV CERI

// Motivação

Apesar de ainda incipiente, o mercado de gás natural no Brasil tem relevante potencial de desenvolvimento. O Brasil possui grandes reservas de gás natural e pode se tornar um importante player no cenário mundial, igualando-se a outros grandes países ofertantes. Hoje, o pré-sal já responde por 54% da produção total de óleo e gás do país¹. Contudo, apesar do elevado potencial produtivo, lacunas regulatórias precisam ser aprimoradas para que as vantagens competitivas brasileiras sejam de fato traduzidas em maior produtividade e crescimento econômico para o país, e para que o volume esperado futuramente do pré-sal chegue ao mercado.

As questões relacionadas à distribuição de gás natural no Brasil estão entre as de maior relevância e mostram grandes obstáculos a serem superados. A necessidade de separação entre as atividades de comercialização e distribuição de gás natural – hoje entendidas como de competência estadual por conta da falta de delimitação de alcance da expressão “serviços locais de gás canalizado”² – é um desafio relevante para que se consiga acessar o mercado consumidor do gás, as contrapartes dos potenciais ofertantes.

Isso influencia diretamente a regulamentação dos consumidores livres³ de gás natural, estabelecidos pela Lei do Gás (Lei nº 11.909/2011). Por serem atualmente regulados pelos Estados, há grande diversidade de regras, sem padronização de Estado para Estado, principalmente em relação (i) ao patamar mínimo de consumo para que possam ter a opção de escolha do fornecedor de gás; e (ii) às condições de migração para o mercado livre de gás. Além disso, elas não necessariamente refletem o alcance que a abertura do mercado poderia ter para outros agentes com escala para contratar o recurso no mercado atacadista.

Para que se possa ter uma fotografia do estado da arte desses requisitos, o Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV CERI) elaborou o “Mapa do Mercado Livre de Gás no Brasil”. Pelo mapa, observa-se que, além da diversidade de regras, a média do consumo por classe é substancialmente inferior ao piso exigido para acesso ao mercado livre. Ainda que existam potenciais compradores com escala para contratar no mercado atacadista, na prática o seu acesso não seria possível especialmente por conta destas limitações. Desta forma, a compra do gás continuaria sendo feita pelas concessionárias de distribuição.


// Relação consumo/cliente estadual e consumo mínimo requerido para enquadramento como Consumidor Livre




Consumo mínimo requerido para consumidor livre

Baixo
Médio
Alto
Sem consumidor livre regulamentado
Não há distribuição de gás natural

Leaflet | © OpenStreetMap © CartoDB

Consumidor livre não regulamentado : 

Consumo por cliente industrial : 

Consumo por cliente termelétrico : 

// Por que regulamentar o Consumidor Livre?

- Aumento da competitividade e diversificação da oferta: consumidores finais podem buscar condições mais favoráveis para o seu suprimento de gás natural;
- Atração de investimentos: as distribuidoras têm um impacto especialmente positivo advindo do

potencial de crescimento do consumo de gás natural pelos consumidores livres. A necessidade de maior movimentação do energético exige aumento do ritmo de investimentos para a expansão das redes de distribuição, beneficiando diretamente a remuneração das distribuidoras;

- Aumento da arrecadação de impostos estaduais: maior movimentação de gás intra e interestadual;
- Ampliação da malha de transporte: o crescimento do mercado de gás exige mais gasodutos de transporte, sendo esperado crescimento dos investimentos e a atração de novos agentes;
- Maior segurança de suprimento: aumento da capacidade de compensação por outros produtores em caso de falhas de entrega de gás por um fornecedor;



Equipe Técnica

FGV CERI - Fundação Getulio Vargas | Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura

DIRETORIA

Joisa Dutra

CONTEÚDO

Lívia Amorim

Mirella Rodrigues

INFOGRÁFICO E DESIGN

João Mattos

Luiza Raj

1. Fonte: [ANP](#)

2. Artigo 25, § 2º da Constituição Federal: 'Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação'.

3. Consumidor de gás natural que pode adquirir o gás natural de qualquer agente comercializador/fornecedor, mediante negociação contratual;